

**Ata da 57ª Reunião do Conselho das Cidades**

28 a 30 de maio de 2025

Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios (Brasília/DF)

**Data:** 28 a 30 de maio

**Local:** Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

**Data e horário de início:** 28 de outubro às 9h.

**Data e horário de término:** 30 de março às 18h30.

Esta Ata refere-se às reuniões do Plenário do Conselho das Cidades (ConCidades) ao longo da 57ª Reunião Ordinária.

**Pauta das reuniões do Plenário do ConCidades – aprovada pelo Plenário**

**1º dia: 28 de maio**

Boas-Vindas, Abertura e informes gerais

Pauta obrigatória:

Aprovação da ata da 56ª RO

Programação 57ª RO

Composição Comissão coordenadora do plenário

Reuniões dos Comitês Técnicos

Debates

Reuniões dos Comitês Técnicos

Finalizar Deliberações Moções e Resoluções

Reunião da Comissão Organizadora do Plenário

Análise das resoluções e preparação para deliberação no plenário

Deliberações Moções e Resoluções

1. Abertura e informes gerais

2. Apresentação do Secretário Nacional de Habitação

3. Programação da 57ª Reunião Ordinária

4. Aprovação da ata da 56ª Reunião Ordinária

5. Composição da Comissão Coordenadora do Plenário do ConCidades

6. Reuniões dos Comitês Técnicos

• Debates

• Deliberações Moções e Resoluções

- 32 • Leitura e aprovação dos relatos
- 33 • Envio das Resoluções e moções à comissão organizadora do plenário
- 34 7. Reunião da Comissão Coordenadora do Plenário
- 35 • Análise das propostas de Resoluções e Moções

36

37

## **Discussões e Deliberações**

38

### **1º dia – 28 de maio de 2025**

39

**A reunião iniciou com a Apresentação do Secretário Nacional de Habitação seguindo da aprovação da Ata da última reunião ordinária, contudo essas deliberações do Conselho serão apresentadas nesse documento primeiramente de para a organização do documento de forma padronizada com a última Ata.**

40

41

42

43

44

### **1. Abertura e composição da Comissão Coordenadora do Plenário do ConCidades**

45

46

A Sra. Alice, Secretária-Executiva do ConCidades, iniciou a reunião às 9h.

47

48

49

Em continuidade, a Sra. Fernanda Ludmila realizou a leitura da Programação da 57ª Reunião Ordinária, submetendo o documento à aprovação do Pleno do ConCidades, sendo o documento aprovado por unanimidade.

50

### **2. Aprovação da ata da 56ª Reunião Ordinária**

51

52

53

54

55

56

Dando continuidade aos trabalhos da 57ª Reunião Ordinária, A Sra. Fernanda Ludmila, Secretária-Executiva Suplente, projetou a Ata da última Reunião Ordinária do ConCidades foi colocada em pauta a aprovação da ata referente à 56ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. O documento havia sido previamente compartilhado com todos os conselheiros e conselheiras por meio eletrônico na sexta-feira anterior à reunião.

57

58

59

60

A presidência da mesa consultou os presentes quanto à necessidade de leitura integral do documento. Não havendo manifestações nesse sentido, foi proposta a aprovação da ata de forma direta, ressaltando a possibilidade de apontamentos específicos.

61

62

63

64

Após a consulta ao plenário, não foram registradas objeções ou solicitações de alteração. Assim, a ata da 56ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades foi aprovada por consenso, passando a compor oficialmente o acervo documental do Conselho

65

**A Ata da 56ª Reunião Ordinária do ConCidades foi aprovada por unanimidade.**

66

67

### **3. Programação da 57ª Reunião Ordinária**

Foi apresentada pela Sra. Fernanda Barbosa, a programação proposta para a 57ª Reunião Ordinária do ConCidades aos Conselheiros e aberto para sugestões e comentários. **A programação foi aprovada por unanimidade.**

#### **4. Composição da Comissão Coordenadora do Plenário do ConCidades**

A Sra. Fernanda Barbosa solicitou a formação da Comissão Coordenadora do Plenário, com a seguinte composição:

- a) Entidades de Trabalhadores: Pedro Damásio
- b) Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: Antônio Balau
- c) Entidades empresariais: Herivelto Bastos
- d) Entidades dos movimentos populares: Neila Gomes
- e) Representantes das ONGs: a indicar
- f) Poder Público Estadual: Orlando Bonette
- g) Poder Público Municipal: Sandra Batista

#### **5. Reuniões dos Comitês Técnicos no período matutino**

#### **6. Reunião da Comissão Coordenadora do Plenário**

**1º dia – 28 de maio de 2025**

### **ABERTURA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES**

Data: 28 de maio de 2025

Local: Plenário do Conselho das Cidades

Presidência da mesa: Secretaria Executiva do Conselho das Cidades

A 57ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades teve sua abertura formal realizada no dia 28 de maio de 2025, no plenário oficial, com a presença de representantes do poder público, da sociedade civil e dos movimentos sociais. A mesa de abertura foi composta por autoridades do Ministério das Cidades e representantes da coordenação executiva do ConCidades.

Durante a abertura, o Secretário Nacional de Habitação, Augusto Henrique Alves Rabelo, fez uma ampla exposição sobre os principais encaminhamentos da pasta, destacando:

1. Seleções de Programas Habitacionais: Informou que o Ministério está priorizando os encaminhamentos referentes à data de 4 de junho, em função da urgência do tema. A Casa Civil e o Ministério buscam soluções que conciliem os pleitos apresentados com a necessidade de avanço na contratação de projetos habitacionais.
2. Democratização de Terras da SPU e INSS: O secretário mencionou que há tratativas avançadas com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para a utilização de imóveis públicos em programas como o Minha Casa

Minha Vida Entidades e retrofit urbano, com prioridade para ações voltadas à autogestão.

3. Criação de Grupo Interministerial sobre Conflitos Urbanos: Comunicou a criação e os avanços do Grupo de Trabalho de Conflitos Urbanos, com o objetivo de mediar situações envolvendo ocupações, reintegrações de posse e tensionamentos fundiários urbanos.

4. Situação Habitacional no Rio Grande do Sul: O secretário atualizou o Conselho sobre as ações do governo federal em resposta às enchentes no estado. Foram informadas cerca de 2.300 moradias já providas, com expectativa de contratação de 4.000 unidades. Destacou os desafios enfrentados na homologação de famílias pelas prefeituras, o que tem retardado o processo de atendimento.

5. Monitoramento e Transparência dos Programas: Comprometeu-se a disponibilizar, a partir da próxima reunião, um relatório mensal com dados atualizados sobre os programas habitacionais e seus respectivos avanços e entraves, como forma de garantir maior controle social e transparência.

### **Manifestações dos Conselheiros:**

Durante a abertura, vários conselheiros e representantes de movimentos sociais fizeram uso da palavra. Entre os temas abordados estiveram:

Repúdio às ações do governo de São Paulo na Favela do Moinho, e a defesa da atuação do governo federal na mediação do conflito.

Demandas por celeridade nas contratações do Minha Casa Minha Vida Entidades e críticas à atuação da Caixa Econômica Federal quanto à burocratização.

Apelo pela regionalização de terrenos da SPU e maior participação dos conselhos locais nos processos de decisão sobre áreas públicas.

Situações de despejos iminentes em várias localidades, com solicitação de intervenção imediata do Ministério das Cidades.

Críticas à ausência de autoridades do alto escalão do Ministério na abertura da reunião e apelos por mais escuta e presença nos momentos de deliberação do Conselho.

- **Paulo Cohen:** Repudia as ações do governo do estado de São Paulo e da prefeitura de São Paulo em relação aos movimentos sociais e às pessoas

que mais precisam. Questiona a relação entre o levantamento de projetos e a possibilidade de contratação.

- **Miriam Hermógenes:** Fala sobre a questão do Moinho, em São Paulo, e a expulsão de famílias da comunidade. Apresenta um pleito sobre a área Dona Lindu, também em São Paulo, pedindo a intervenção do conselho.
- **Marcos Landa:** Questiona a aprovação da pauta e traz um problema de Minas Gerais.
- **Cristiano Schumacher:** Aborda a questão do SP, Minha Casa, Minha Vida, e a necessidade de cuidado na análise dos imóveis da união. Aborda a questão dos conflitos fundiários e o papel da Secretaria de Habitação.
- **Juscelino França:** Observa que o ministro deveria estar presente nas aberturas do conselho e que a execução das resoluções nem sempre acontece. Pede a regionalização das terras da SPU.
- **Graça: Xavier** Aborda a questão da regionalização das terras da SPU e a necessidade de debater os critérios nos CTS.

O secretário Augusto reiterou seu compromisso em dialogar com os conselheiros, em especial com os movimentos sociais, e frisou que o Ministério está aberto a receber sugestões concretas para aprimorar normativas e processos. Informou que sua saída da reunião se daria por necessidade de deslocamento para o aeroporto, deixando a equipe da SNH presente para dar continuidade às tratativas.

Após a saída do secretário, a reunião continua com a apresentação da pauta obrigatória e a aprovação da programação.

Dando continuidade à reunião, o servidor Nathan Belcavello faz uma leitura sobre o GT PNDU mais Plano Clima,

### **Relato sobre a Apresentação do Relatório do GT PNDU + Plano Clima**

Na sequência dos trabalhos da 57ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, o servidor Nathan Belcavello realizou a leitura de mensagem enviada pelo diretor Yuri, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, a respeito da entrega do relatório do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) em conjunto com o Plano Clima.

A mensagem destacou que o relatório representa um marco na construção democrática da PNDU, consolidando os debates realizados no âmbito do grupo de trabalho coordenado pela Secretaria Nacional. Foi ressaltado que o texto da minuta de Projeto de Lei (PL) foi inicialmente apresentado pelo Ministro das Cidades durante reunião anterior do Conselho, e, desde

então, recebeu diversas contribuições dos conselheiros e da equipe técnica.

O documento busca estabelecer diretrizes para uma política urbana mais justa, inclusiva e sustentável, incorporando temas contemporâneos como mudanças climáticas, transformação digital e compromissos internacionais, além de atualizar elementos do Estatuto da Cidade e da Metrópole.

O diretor Yuri, por meio da leitura feita por Nathan, agradeceu o envolvimento dos conselheiros, da equipe ministerial e da secretaria executiva do Conselho no processo de sistematização das contribuições e reforçou que o relatório entregue será apreciado durante as etapas e Claro! Aqui está um texto sobre as contribuições dos conselheiros relativas ao documento apresentado pelo GT PNDU + Plano Clima, conforme a transcrição da 57ª Reunião Ordinária:

### **Contribuições dos Conselheiros ao Documento do GT PNDU + Plano Clima**

Após a leitura do relatório do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e Plano Clima, realizada pelo servidor Nathan, em nome do diretor Yuri, o plenário foi aberto para manifestações e contribuições dos conselheiros e conselheiras.

Diversos participantes destacaram a importância do documento como referência para o debate nas etapas estaduais da Conferência Nacional das Cidades, reconhecendo o esforço coletivo para incluir temas atuais como justiça climática, sustentabilidade, transformação digital e instrumentos de governança urbana.

Ao mesmo tempo, foram levantadas preocupações pontuais quanto à necessidade de ajustes no texto. Alguns conselheiros apontaram que o documento ainda precisa refletir de maneira mais clara a centralidade da participação social e da autogestão na política habitacional, bem como assegurar o protagonismo dos municípios na condução da política urbana.

Também houve críticas à proposta de alteração legislativa constante no anexo do relatório, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade do plano diretor para todos os municípios e à definição das representações no âmbito da nova legislação federal. Foi consenso entre os conselheiros que essas propostas devem ser amplamente debatidas e não impostas de forma unilateral.

**Dentre as contribuições práticas, foram sugeridas:**

- A exclusão ou melhor contextualização das alterações legislativas no anexo;
  - A readequação da representação dos municípios conforme a legislação atual;
  - O reforço à titularidade municipal e ao pacto federativo equilibrado no texto da política;
  - A garantia de que o texto apresentado seja compreendido como referência inicial, sujeito a aprimoramentos nas conferências subsequentes.
  - A coordenação do GT e a equipe técnica do Ministério das Cidades se comprometeram a sistematizar as sugestões apresentadas e incorporar os ajustes possíveis antes da votação final, prevista para os dias seguintes da reunião
- Por fim, foi ressaltado que o relatório estará disponível para todos os conselheiros por meio dos canais oficiais e que a deliberação do mesmo está prevista para o terceiro dia da reunião plenária, juntamente com os relatos dos Comitês Técnicos de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade.

Por fim, a ata da 56ª reunião é aprovada conforme o texto já apresentado.

**2º dia – 29 de maio de 2025**

Data: 29 de maio de 2025

Local: Plenário do Conselho das Cidades – Parte da tarde

Pauta: Conflitos Fundiários Urbanos – Apresentação da Secretaria Geral da Presidência e da Secretaria Nacional de Periferias

**1. Apresentação da Secretaria Geral da Presidência**

A representante Izadora Gama Brito informou que, embora o GTT ainda não tenha sido oficialmente instituído por portaria, o processo já se encontra avançado nos ministérios envolvidos (Justiça, Cidades, Gestão), aguardando retorno jurídico para publicação da portaria de criação. Enquanto isso, diversas reuniões com movimentos sociais e representantes de governo têm sido realizadas para antecipar a construção do plano de trabalho.

O plano de trabalho do GTT prevê as seguintes etapas:

- Reunião de instalação e planejamento;
- Duas reuniões sobre definição de fluxo interministerial;
- Duas reuniões para definição do arranjo institucional;
- Reunião sobre participação social;
- Consolidação de relatório preliminar;
- Avaliação e aprimoramento do relatório;
- Reunião final de encerramento e apresentação.

O relatório final será validado com apoio do Conselho das Cidades.

## **2. Participação e Engajamento dos Movimentos Sociais**

Izadora e Vitor reforçaram o comprometimento com a inclusão dos movimentos populares na construção do GTT. Um grupo representativo já está ativo informalmente, realizando reuniões para garantir a efetiva participação popular.

Foi destacada a atuação do governo federal em casos emblemáticos como a Favela do Moinho (SP) e a Vila Esperança (ES), com ações de mediação e articulação interministerial visando soluções de permanência e urbanização.

## **3. Estrutura Institucional e Encaminhamentos**

Vitor apresentou a estrutura de tramitação interna da portaria no Ministério das Cidades, informando que o parecer de mérito e o parecer jurídico devem ser finalizados nas próximas semanas. O grupo de trabalho terá prazo de 90 dias, sem previsão de prorrogação.

Além do GTT, há uma proposta de criação de uma comissão permanente para consolidar um fluxo institucional interministerial para mediação e solução de conflitos fundiários, com participação das Secretarias Geral, Nacional de Periferias, Direitos Humanos, MJ, MGI, SPU e AGU.

## **4. Propostas Complementares dos Conselheiros**

Durante os debates:

- Foi proposto o uso de levantamentos da campanha Despejo Zero como insumo técnico;
- Defendida a criação de um GT específico dentro do Conselho das Cidades;
- Sugerida articulação com o Judiciário e com comissões estaduais de mediação de conflitos;
- Questionada a ausência de critérios claros de priorização de conflitos;
- Reforçada a necessidade de canal direto (como um Disque 100) para denúncias;
- Reivindicado o uso de programas como o Minha Casa Minha Vida para solucionar casos de reintegração.

## **5. Compromissos e Encaminhamentos Finais**

- O GTT interministerial será oficialmente instituído até o final de junho de 2025;
- O prazo de atuação será de 90 dias, com entrega de relatório final até outubro;
- A Secretaria Nacional de Periferias acatará a decisão do Conselho caso se opte por reativar um GT interno no ConCidades;
- O evento da campanha Despejo Zero, previsto para setembro, será apoiado institucionalmente;



- A equipe técnica do Ministério das Cidades e demais ministérios será ampliada para garantir estrutura ao processo.

Após o retorno do intervalo, foi retomado o debate sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A conselheira Karla retomou sua fala, abordando a necessidade de atenção às alterações legislativas propostas no texto da PNDU, especialmente quanto à representação de entidades municipais conforme a nova legislação federal de 2022, ao equilíbrio federativo entre os entes, e à proposta de alteração do Estatuto da Cidade no que se refere à obrigatoriedade do plano diretor para todos os municípios. Carla pontuou que essas alterações não são triviais e devem ser discutidas com profundidade pelo plenário.

O conselheiro **Maurílio** contribuiu, destacando que embora haja críticas ao texto, ele representa um avanço possível e necessário diante do tempo político e institucional disponível. Enfatizou a importância de aprovar a proposta para que ela seja debatida nas conferências estaduais, evitando o risco de paralisação futura do Conselho e da tramitação da política.

**Rodrigo** reforçou o entendimento de que o texto pode ser aprovado com ajustes e que o momento é propício para consolidar o debate nas conferências estaduais. Orlando propôs consensos objetivos para viabilizar a aprovação do texto, sugerindo a retirada das alterações legislativas do anexo, a adequação da representação municipal à legislação vigente e a manutenção das atribuições genéricas conforme apresentado.

**Yuri** reforçou a pertinência das contribuições e a possibilidade de incorporar os ajustes de forma rápida, a fim de melhorar o documento antes da votação prevista para o dia seguinte. Reiterou a importância de assegurar a titularidade municipal da política urbana.

### **Discussão sobre a COP 30**

O conselheiro **Paulo Cohen** apresentou relato detalhado sobre a participação do Conselho das Cidades e da sociedade civil no processo de preparação da COP 30, a ser realizada em Belém/PA. Informou sobre a instalação do Grupo de Trabalho Técnico da COP 30, coordenado pela Casa Civil e com participação de vários ministérios e da sociedade civil.

Foram destacadas preocupações quanto à falta de estrutura e apoio financeiro para a participação das organizações sociais, especialmente para a realização da Cúpula dos Povos. Foi relatado o compromisso assumido em reunião realizada na Presidência da República de que cada

uma das 700 entidades integrantes da Cúpula terá ao menos dois representantes credenciados.

A representante do Ministério das Cidades informou sobre a criação de um grupo de trabalho interno para coordenar a participação do Ministério na COP, focando nos temas das cidades, infraestrutura resiliente, adaptação às mudanças climáticas e federalismo climático.

Vários conselheiros e conselheiras manifestaram apoio à presença ativa da sociedade civil na COP 30 e defenderam a construção de um espaço de resistência e denúncia das injustiças climáticas, especialmente as que afetam os povos da Amazônia. Foi destacada a importância de garantir condições de participação dignas, a defesa da autonomia dos movimentos sociais e a valorização do espaço da Cúpula dos Povos.

### **Grupo de Trabalho Rio Grande do Sul**

A conselheira **Ana Brunetta**, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhada do representante **Ivan**, se comprometeram a elaborar, junto aos conselheiros do estado, proposta de reconfiguração do GT, considerando uma atuação mais presente do governo do estado

### **3º dia – 30 de maio de 2025**

### **Apresentação do Portal Capacidades**

Resumo da apresentação

De acordo com o fornecido website, o portal Capacidades, uma ferramenta do Ministério das Cidades, foi apresentado em 30 de maio de 2025. O programa, restabelecido em 2023, oferece um novo portal com acesso aprimorado e uma interface renovada, incluindo um ambiente de login para usuários. Os usuários podem acessar certificados, se registrar em eventos e compartilhar experiências. O portal oferece cursos sobre desenvolvimento urbano integrado e sustentabilidade, com foco em urgência climática, além de um espaço para feedback e um banco de experiências. O programa visa capacitar a sociedade, apoiar o desenvolvimento e fortalecer a democracia. O portal, criado em 2007, teve uma das primeiras experiências de EAD no Brasil, a partir de 2012, e é atualizado regularmente com notícias e eventos, incluindo uma "capaciteca". O programa fornece orientação para a submissão de projetos e, desde 2023, registrou quase 76.000 inscrições, incluindo quase 23.000 servidores públicos certificados. A apresentação destacou a importância do portal para a formação e desenvolvimento de servidores públicos.

Apresentação das informações em tópicos:

- 419       • A apresentação se concentrou em "Capacidades", uma ferramenta  
420 crucial para a mobilização de conferências, especialmente nos níveis municipal  
421 e estadual.
- 422       • O Capacidades é um componente fundamental do Ministério das  
423 Cidades, ao lado da política urbana e do Conselho Nacional das Cidades.
- 424       • O programa Capacidades foi restabelecido em 2023.
- 425       • Um novo portal Capacidades oferece acesso aprimorado às informações  
426 e uma interface de usuário renovada.
- 427       • O portal inclui um novo ambiente de login para usuários.
- 428       • Os usuários podem acessar certificados e se registrar em eventos  
429 diretamente pelo portal.
- 430       • Um banco de experiências permite que os usuários compartilhem e  
431 aprendam com iniciativas práticas de desenvolvimento urbano.
- 432       • A Capacidades oferece cursos de alta qualidade sobre desenvolvimento  
433 urbano integrado e sustentabilidade.
- 434       • Os cursos são principalmente autoinstrucionais, mas workshops e  
435 parcerias também são oferecidos.
- 436       • O programa oferece cursos sobre urgência climática em parceria com  
437 diversas organizações.
- 438       • Um código QR fornece acesso ao portal Capacidades.
- 439       • O portal inclui um espaço para feedback dos usuários e um banco de  
440 experiências.
- 441       • O Capacidades tem como objetivo capacitar a sociedade e é um serviço  
442 do Ministério das Cidades.
- 443       • O programa apoia o desenvolvimento social, econômico, urbano e  
444 ambiental.
- 445       • O Capacidades fortalece a democracia por meio da política urbana e do  
446 Conselho Nacional das Cidades.
- 447       • O programa foi criado em 2007.
- 448       • O portal teve uma das primeiras experiências de EAD no Brasil, a partir  
449 de 2012.
- 450       • O portal é atualizado regularmente com notícias e eventos.

451       • O portal oferece uma "capaciteca" com publicações, vídeos, podcasts e  
452 um banco de experiências.

453       • As parcerias são fomentadas por meio do portal.

454       • O programa fornece orientação para a submissão de projetos ao  
455 programa "Cidades".

456       • Desde 2023, houve quase 76.000 registros.

457       • Quase 23.000 servidores públicos certificados foram registrados.

458       • O programa visa aumentar o número de municípios e servidores  
459 públicos atendidos.

460       • A apresentação destaca a importância do portal Capacidades para a  
461 formação e desenvolvimento de servidores públicos.

462  
463       Resumo da apresentação do Servidor do Ministério das Cidades, César  
464 Santis :

465       A reunião começou com os comentários de abertura de Cesar e uma breve  
466 visão geral da agenda. A reunião começou às 11h30 do dia 28 de maio. O comitê  
467 discutiu e aprovou a agenda, que incluiu uma apresentação sobre o PNDU e  
468 discussões sobre os tópicos da conferência. O comitê também discutiu a  
469 seleção de tópicos para a conferência nacional, que foram limitados devido ao  
470 número de salas disponíveis. Optou-se por solicitar que os grupos de discussão  
471 considerassem o alinhamento dos temas. Também foi feita uma apresentação  
472 sobre um Ted assinado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e  
473 Metropolitano com a Fiocruz, com foco em intervenções urbanas em 12  
474 municípios com áreas de risco. O coordenador, Marcel, informou que apenas  
475 0,3% do orçamento do Ministério das Cidades é destinado ao planejamento  
476 urbano.

477       A reunião começou às 11h30 do dia 28 de maio.

478       A reunião incluiu uma discussão sobre a PNDU (Política Nacional de  
479 Desenvolvimento Urbano).

480       A agenda incluiu uma apresentação do resumo da PNDU, discussão dos  
481 tópicos da conferência e uma apresentação de Ted da Fiocruz.

482       A reunião abordou a seleção de temas para a conferência nacional.

483       O número de salas de discussão limitou o número de tópicos.

484       Decidiu-se solicitar que os grupos de discussão considerassem os temas de  
485 forma abrangente.

486 A reunião aprovou o formato de apresentação para a conferência nacional  
487 de cidades.

488 Um Ted foi apresentado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento  
489 Urbano Metropolitano e pela Fiocruz.

490 O Ted envolve um projeto em 12 municípios com áreas de risco.

491 A seleção dos municípios está em andamento.

492 Mais de 50 municípios foram considerados.

493 O Ted foi apresentado por Marcel, o Coordenador Geral de Fortalecimento  
494 das Capacidades Governamentais.

495 Apenas 0,3% do orçamento do Ministério das Cidades é destinado ao  
496 planejamento urbano.

497 Foi enfatizada a importância do planejamento urbano para intervenções  
498 sustentáveis.

499 A reunião discutiu a síntese sistematizada da PNDU, abordou os resultados  
500 do GT PNDU, além do plano, clima e outras considerações.

501 Discutiu os tópicos da conferência, abordou a apresentação do rascunho da  
502 resolução.

503 A reunião teve quórum, contou com a participação do CT de mobilidade  
504 discutiu os tópicos da conferência, discutiu a apresentação do projeto de  
505 resolução.

506 Foi discutida a síntese sistematizada da PNDU.

507 A reunião discutiu os resultados do GT PNDU mais o plano clima e outras  
508 considerações.

509 A reunião abordou diversos temas. Primeiramente, foi discutida a formação  
510 de um grupo de trabalho (GT) no âmbito do Ted da Fiocruz, com a indicação de  
511 quatro titulares e quatro suplentes. A composição foi finalizada e comunicada.

512 Em seguida, foi apresentada a minuta de resolução que encaminhará o  
513 texto base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) para as  
514 conferências estaduais. Essa resolução, aprovada no âmbito do comitê, visa  
515 apresentar temas chave para discussão e contribuições nas conferências  
516 estaduais e do Distrito Federal. As contribuições deverão ser consolidadas por  
517 unidade da federação e encaminhadas até 15 de setembro de 2025.

518 Além disso, foi aprovado o relatório final dos trabalhos do GT PNDU mais  
519 Plano Clima, que também implicará na conclusão do GT. O relatório, com 87  
520 páginas, detalha as atividades do GT desde dezembro até a última reunião.

Foi mencionado que o Grupo de Trabalho (GT) encerrou suas atividades após a conclusão de sua missão, com o relatório sendo aprovado.

As principais discussões giraram em torno das alterações propostas para os itens 13a e 13b, que tratam da representação dos segmentos no conselho. Foi debatido se o poder público municipal e estadual poderia ser representado por entidades de caráter nacional, com foco na legislação federal e nas associações de representação.

Foi esclarecido que, no caso dos municípios, a representação é feita por entidades de caráter nacional, enquanto no caso dos estados, seria importante que os próprios estados disciplinassem essa representação. Foram levantadas dúvidas sobre quais entidades estaduais poderiam ser consideradas para essa representação, com exemplos como a ABEMA (associação de secretários de meio ambiente). A reunião também abordou a questão da representação dos movimentos sociais e a importância de que as entidades sejam filiadas a movimentos nacionais.

Logo após iniciou-se a fala de Nathan

Iniciou com esclarecimentos e deliberações acerca da composição e representação dos entes federativos no Conselho, com foco especial na adequação à Lei nº 14.300, de 18 de maio de 2022, que trata da representação dos municípios.

confirmou a pertinência da reivindicação feita pela representante Karla, informando que a legislação mencionada de fato trata da representação dos municípios e busca enfrentar a dificuldade de representação dos 5.571 municípios em espaços colegiados, como o Conselho em pauta.

Foi esclarecido que a referida legislação é específica para os municípios, e que a representação dos estados deve seguir lógica própria, dado que existem apenas 26 estados e o Distrito Federal, o que facilita o revezamento. Foi ressaltado que a menção ao “poder público” deve ser precisa, especificando-se “executivo e legislativo”, para evitar confusões com o uso genérico do termo “poder público federal”.

Destacou-se que a proposta atual sugere manter o rodízio entre os estados como forma de representação, uma vez que não há, até o momento, uma entidade nacional que represente os secretários estaduais de desenvolvimento urbano ou habitação. Foram mencionadas entidades existentes, como a UNALE (representando os legislativos estaduais) e associações setoriais como a de secretários de meio ambiente, mas nenhuma voltada especificamente ao desenvolvimento urbano estadual.

A representante **Emília Corrêa Lima** (Paraíba) reforçou que os estados já

decidiram, por consenso, que continuarão se representando por meio de rodízio, sem necessidade de criar nova entidade. Defendeu-se que o Conselho não deve impor aos estados a formação de associações específicas para esse fim.

O participante **João Pereira** mencionou a atual composição, que inclui tanto representantes dos estados por rodízio quanto entidades nacionais, e sugeriu manter o modelo atual, já que está funcionando.

Durante a reunião, houve divergência sobre a prioridade de discutir esse ponto específico. Parte dos participantes defendeu que se tratava de um item secundário e que o texto proposto apenas reproduzia a situação vigente, com atualização pontual relativa aos municípios. Por outro lado, outros membros consideraram essencial aproveitar o momento para esclarecer dúvidas, uma vez que o texto será replicado nos estados e municípios nas respectivas conferências.

Foi feito apelo para que se avance na discussão do texto como um todo, sem alongar excessivamente o debate sobre um item que não propõe alterações substanciais. No entanto, reafirmou-se a importância do esclarecimento neste momento como forma de garantir uniformidade de entendimento nas instâncias estaduais e municipais.

A fala de Nathan foi encerrada após deliberações e manifestações sobre os encaminhamentos relacionados à composição do segmento do poder público no Conselho.

**A Sra. Bruna Barroca (FNP)** iniciou sua fala reiterando a semelhança entre os textos relativos ao poder público municipal e estadual, destacando apenas a diferença relacionada às entidades civis de caráter nacional. Manifestou apoio à deliberação dos itens em pauta para permitir o avanço na discussão.

O servidor do Ministério conduziu a votação dos itens 13 e 13-B, referentes à proposta do segmento do poder público. Os textos propostos foram aprovados por unanimidade, sem manifestações contrárias ou abstenções.

Na sequência, foi discutido o item 24, que trata da competência dos estados e do Distrito Federal em constituir e dar suporte técnico, financeiro e administrativo aos seus respectivos conselhos similares ao ConCidades. Uma observação foi levantada sobre a viabilidade de impor obrigação de suporte financeiro via texto federal, sendo esclarecido que, no contexto do sistema, a lei federal pode sim estabelecer tais diretrizes.

Em relação ao item 25, que versa sobre os municípios, surgiu controvérsia em torno da inclusão da expressão “suporte financeiro”. O texto original foi alterado



com a retirada desse trecho, gerando divergência entre os representantes. A **Sra. Karla Cristina** e demais membros do segmento municipal argumentaram que o suporte financeiro, técnico e administrativo está previsto na legislação vigente, mas que há receios jurídicos decorrentes da Emenda Constitucional nº 128, que veda a criação de novos encargos sem previsão orçamentária.

**O Sr. Orlando Alves** defendeu que o texto não configura imposição legal, e sim uma diretriz conceitual dentro da lógica de adesão voluntária ao sistema nacional, sendo o suporte financeiro uma expectativa razoável para o funcionamento dos conselhos municipais.

**A Sra. Bruna Barroca** reiterou a posição da FNP, alinhada à Confederação Nacional dos Municípios, destacando que os conselhos municipais são prerrogativa do poder executivo local e que há receio na inclusão do termo “financeiro” na redação atual, especialmente no contexto de futuras propostas legislativas.

Foi solicitado que as manifestações da FNP e da CNM, especialmente no tocante ao financiamento municipal, constem expressamente em ata.

1:09

A conselheira Bruna Barroca, representante da FNP, reforçou a fala de Karla, destacando a necessidade de contemplar a realidade dos Conselhos Municipais e suas prerrogativas legais. Apontou a preocupação com os efeitos da Emenda Constitucional 128 e sugeriu ajustes na minuta da proposta de lei, considerando as obrigações municipais já existentes.

## **2. Questões sobre o termo "similares":**

Nathan alertou sobre os riscos de ambiguidade ao utilizar o termo “similares”, pois poderia haver dificuldades na validação das conferências e compatibilização da composição dos conselhos com as diretrizes nacionais. Propôs um maior alinhamento entre estados e municípios.

Esclareceu que o termo “similar” se refere apenas à nomenclatura dos conselhos, sem alteração em suas funções e composições. Sugeriu a reescrita do texto para melhor clareza.

Outros participantes reforçaram a importância de maior precisão no uso do termo, como forma de evitar distorções em municípios com conselhos que, embora parecidos, não atendem às diretrizes do Conselho Nacional.

## **3. Financiamento dos Conselhos:**

Diversas falas destacaram que a estrutura dos conselhos exige suporte financeiro, administrativo e técnico. Foi defendida a manutenção do item que



trata do financiamento na proposta de lei, com apontamentos para a possível utilização de fundos municipais e estaduais como fontes de custeio.

#### **4. Fortalecimento dos Conselhos e da Política Urbana:**

Foi consenso entre os participantes que a lei nacional deve estabelecer uma política urbana baseada em um sistema estruturado e padronizado. Vários conselheiros reforçaram que a ausência de uma política nacional consolidada tem causado desigualdades e desorganização.

A conselheira Bartiria Perpétuo enfatizou que a lei precisa ser clara e objetiva, evitando brechas como a do termo “similar”, que pode ser interpretado de forma equivocada. Ressaltou que os conselhos precisam ter identidade própria, estrutura e recursos assegurados para exercerem suas funções.

#### **5. Encaminhamentos**

Rodrigo Faria propôs que, diante do amadurecimento da discussão, a proposta fosse encaminhada para votação. Houve consenso de que:

- O termo “similares” deve ser revisto, reescrito ou retirado da minuta.
- A previsão de financiamento e estrutura para os conselhos deve constar na proposta.
- A minuta da lei deve estabelecer critérios claros para a composição e funcionamento dos conselhos municipais.
- A proposta deverá refletir a realidade federativa, respeitando a autonomia dos municípios, mas também promovendo diretrizes nacionais unificadas.

#### **6. Discussões Complementares – Termo "Similares" e Financiamento**

**Walter Monteiro** reforçou a necessidade de disciplinar juridicamente o funcionamento dos Conselhos das Cidades. Mencionou como referência o Conselho da Saúde, que possui estrutura definida por quatro leis ordinárias e uma complementar. Destacou a existência de fontes de recursos já disponíveis, como os fundos municipais e estaduais, e criticou a ausência de normatização efetiva no Ministério das Cidades. Defendeu a retirada do termo “similares” e sugeriu que os colegiados municipais sejam estruturados com atribuições e composição equivalentes ao Conselho das Cidades, conforme estabelecido em lei.

#### **7. Alterações no Artigo 25-C e 25-D**

Foi aprovada, por maioria, a substituição do texto do artigo 25-C para:

“Constituir e dar suporte financeiro, técnico e administrativo para o pleno funcionamento de seus órgãos colegiados municipais, com composição e atribuições que se equiparem às do ConCidades.”

Houve apenas uma manifestação contrária registrada, feita pela conselheira  
**Bruna Barroca.**

Quanto ao artigo 25-D, deliberou-se, após amplo debate, pela manutenção do verbo “garantir” como obrigação do poder público municipal. O entendimento coletivo foi de que o termo “incentivar” era insuficiente. Houve consenso de que o verbo “garantir” deve ser aplicado de forma uniforme nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), mantendo coerência e equilíbrio na redação legal.

## **8. Debate sobre a Integração Compulsória ou Voluntária ao Sistema Nacional**

O artigo 30, que trata da integração dos entes federativos ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, gerou nova rodada de debates. Alguns conselheiros propuseram a retirada dos termos “compulsória” e “voluntária”, defendendo que a adesão ao sistema deve ser uma decisão autônoma dos entes federados. Contudo, uma vez feita a adesão, as obrigações previstas no sistema tornam-se compulsórias, como acontece em sistemas já existentes, como o Sistema Nacional de Habitação ou o Sistema Único de Saúde (SUS).

Também foi destacada a necessidade de ajustes na redação para esclarecer melhor esse ponto, com o objetivo de garantir segurança jurídica e respeito ao pacto federativo.

## **9. Consolidação da Discussão sobre a Integração ao Sistema Nacional**

A discussão seguiu com o aprofundamento das divergências terminológicas no artigo que trata da integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O ponto central girou em torno da contradição entre os termos “compulsória” e “voluntária”.

**Cristiane e Carla** reforçaram que, constitucionalmente, não se pode obrigar um ente federado a aderir a um sistema nacional, mas que, uma vez feita a adesão, passam a valer obrigações compulsórias. Emília Corrêa e Orlando Alves acrescentaram que a redação atual do artigo é confusa e pode gerar dupla interpretação. Foi sugerido o uso do termo “universal” no lugar de “compulsório”, para refletir que o sistema deve estar aberto a todos os entes federados, e que a adesão formal — que implica cumprimento de regras e acesso a recursos — seja realizada por meio de credenciamento voluntário.

**Darci Campani** destacou o exemplo da Lei Complementar 140/2011 na área ambiental, que condiciona a execução de competências à existência de órgãos e conselhos locais. Reforçou que esse modelo pode ser replicado no sistema urbano.

**Cristiano Schumacher** defendeu que a adesão deve ter vinculação com o acesso a recursos públicos, para que a proposta de sistema tenha efetividade. Alertou que, sem esse vínculo, corre-se o risco de a futura legislação ser inócua.

**João Pereira e Bartiria** propuseram que a redação final seja dividida em dois artigos distintos:

1. Um artigo que define a universalidade do sistema, ou seja, que ele está disponível a todos os entes federados.

2. Um segundo artigo que estabeleça que a adesão ao sistema será voluntária, por meio de termo formal, e que, uma vez aderido, o ente assume as obrigações correspondentes e tem acesso aos benefícios.

A proposta de redação mais clara foi bem recebida pelos presentes, com o objetivo de respeitar o pacto federativo e evitar inseguranças jurídicas.

## **10. Propostas Finais e Consolidação do Texto da PNDU**

Roberta Pereira da Silva sugeriu que a universalidade fosse tratada como um princípio fundamental da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e não apenas como um critério operacional. Sua proposta foi bem recebida, mas ao constatar que o texto da PNDU ainda não possuía uma seção específica de princípios, a ideia foi retirada para evitar confusões estruturais.

A seguir, deliberou-se sobre a reestruturação dos artigos 29, 30 e 31, organizando-os da seguinte forma:

- Art. 29: A integração dos entes ao sistema ocorrerá de forma universal.

- Art. 30: A adesão ao sistema será feita de forma voluntária, por meio de credenciamento.

- Art. 31: Os entes que aderirem ao sistema deverão adotar as diretrizes políticas e arranjos interfederativos promovidos pela PNDU, bem como atender a obrigações como a criação e funcionamento regular de conselhos.

Essa nova redação foi aprovada por unanimidade, sem manifestações contrárias ou abstenções.

## **11. Inclusões Adicionais na Estrutura do Sistema**

Foi aprovada a inclusão de um novo item (36.1), referente à criação de um banco de dados e de uma política de comunicação no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Urbano. O objetivo é que todos os participantes das conferências municipais, estaduais e nacionais sejam integrados a esse banco e recebam sistematicamente informações sobre a política e o sistema.

Também foi aprovada, por sugestão de Orlando, a modificação no item 26.2,

para permitir que os repasses do FNDU aos estados e municípios sejam realizados por meio de editais ou transferência direta fundo a fundo.

## **12. Exclusão das Propostas de Alteração Legislativa**

Em deliberação final, foi discutida a exclusão do item que tratava de alterações e revogações de leis vigentes, por não ter sido objeto de debate aprofundado nas conferências e por conter propostas polêmicas, como a obrigatoriedade de plano diretor para todos os municípios. Decidiu-se, por consenso, que essas questões devem ser tratadas futuramente, em espaços adequados e com a devida participação dos segmentos afetados.

O texto original será mantido sem propostas de alteração legislativa neste momento.

## **13. Aprovação da Resolução Final**

Foi aprovada, em regime de votação:

- A resolução que encaminha o texto resultante da reunião para a etapa seguinte do processo.
- A aprovação do relatório final do Grupo de Trabalho da PNDU (GTPNDU).
- A definição do prazo para envio das propostas pelas unidades da federação até 15 de setembro.
- O entendimento de que entidades da sociedade civil também podem encaminhar propostas, desde que por meio dos pontos focais estaduais.

A sessão foi encerrada com definições para o retorno dos trabalhos no período da tarde, marcado para as 13h30.

Em continuação às 16h41, realizou-se no Ministério das Cidades, em Brasília/DF, a 57ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, com a presença dos conselheiros e representantes dos diversos segmentos que compõem o colegiado.

Foi retomada com definição da mesa que propôs iniciar os trabalhos com o Grupo de Trabalho de Saneamento, devido à presença dos representantes Darci e demais conselheiros. Em seguida, foi apresentada preocupação quanto ao esvaziamento do plenário no último dia de reunião, especialmente no período da tarde, o que tem comprometido as deliberações do Conselho.

O conselheiro **Paulo Cohen** destacou que a liberação de passagens antes do encerramento da reunião tem gerado a saída antecipada de conselheiros, prejudicando o quórum deliberativo. Defendeu a necessidade de adoção de regras mais rígidas para garantir a permanência dos membros até o término dos trabalhos. Outros conselheiros corroboraram a crítica, sugerindo que as

804 passagens de retorno sejam emitidas somente após as 19h do último dia, salvo  
805 em casos excepcionais justificados.

806 Como encaminhamento, foi proposta a inclusão de controle de presença  
807 em dois turnos (manhã e tarde) para melhor registro e responsabilização dos  
808 conselheiros. Ficou decidido que as solicitações de passagens com horários  
809 anteriores ao término da reunião deverão ser formalmente justificadas.

810 Na sequência, foi concedida a palavra ao Secretário Executivo do Ministério  
811 das Cidades, **Hailton**, que informou sobre a reestruturação da Secretaria  
812 Executiva. Anunciou a criação de uma nova diretoria específica para os  
813 colegiados, incluindo o Conselho das Cidades. Informou que a coordenação  
814 geral ficará a cargo de **Carlos Eduardo** (Cadu), assessor do gabinete, e a  
815 diretoria será assumida por **Victor**. A reestruturação visa melhorar o  
816 atendimento ao Conselho e distribuir de forma mais eficiente as atribuições  
817 entre as diretorias.

818 O Secretário também esclareceu que a mudança de funções das servidoras  
819 Alice e Fernanda não se trata de desligamento, mas de reorganização  
820 administrativa para que possam se dedicar a outras atribuições prioritárias  
821 dentro do Ministério.

822 A mudança gerou manifestações de vários conselheiros e conselheiras, que  
823 registraram agradecimentos a Alice e Fernanda pelo trabalho desenvolvido,  
824 bem como preocupação com a mudança em meio à organização da  
825 Conferência Nacional das Cidades. Houve apelos para que a transição seja feita  
826 de forma gradual e sem prejuízos ao processo da conferência.

#### 827 **Manifestações dos conselheiros:**

828

829 **Paulo Cohen-** Criticou o esvaziamento do plenário nas tardes do último dia  
830 das reuniões. Apontou como causa a emissão antecipada de passagens de  
831 retorno. Propôs que só se permitam passagens antes das 19h com justificativa  
832 formal, salvo em casos excepcionais.

833 **Carlito** - Endossou a proposta de Cohen. Reforçou que há opções de voos  
834 noturnos e que todos deveriam se comprometer com a permanência até o fim  
835 da reunião.**Marcelo Santa Cruz-** Destacou que muitos municípios e estados  
836 ainda não reativaram seus conselhos locais. Solicitou maior articulação do  
837 Ministério com os entes federados e presença de conselheiros nos eventos do  
838 Ministério.

839 **Cristiane Amaral-** Criticou a redução da presença feminina na gestão do  
840 Ministério. Lamentou o esvaziamento dos comitês e cobrou maior participação  
841 dos secretários das demais pastas nas reuniões.

**Bartíria-** Criticou a ausência de discussão prévia sobre a mudança de equipe técnica. Reforçou a importância de condições estruturais adequadas para os trabalhos do Conselho.

**João Pereira Oliveira-** Reiterou agradecimento à equipe anterior (Fernanda e Alice). Fez apelo para que permaneçam até a Conferência Nacional. Ressaltou a importância da atenção ao conflito fundiário.

**Donizeti (CUT – segmento trabalhadores)-** Agradeceu à equipe anterior e manifestou preocupação com a descontinuidade. Solicitou um sistema de identificação ou credenciamento para conselheiros nas conferências estaduais.

**Lídia Brunes-** Ressaltou a importância da estrutura física e financeira para o bom funcionamento do Conselho. Reforçou a crítica sobre a redução da participação feminina e estrutural nos espaços de decisão.

**Maria das Graças-** Defendeu maior presença de mulheres em cargos de liderança no Ministério. Criticou a alta rotatividade da equipe e alertou sobre o impacto negativo na conferência.

**Marcelo Braga (CMP)-** Considerou lamentável a mudança de equipe neste momento crítico da organização da conferência. Solicitou informações concretas sobre a data e o local da conferência.

Essas manifestações refletem o tom crítico e ao mesmo tempo propositivo dos conselheiros sobre os temas da estrutura do Ministério, representatividade, organização da Conferência das Cidades, e a continuidade da equipe técnica.

Foram também levantadas pautas como a necessidade de maior articulação com os municípios e estados para a realização das conferências locais, a valorização da presença dos conselheiros nos eventos do Ministério, maior participação das secretarias nas reuniões dos comitês e maior representatividade de mulheres nos espaços de poder.

Iniciaram as apresentações pelos Grupos de Trabalho (GTs), começando pelo GT de Saneamento. O conselheiro justificou a escolha pela presença dos membros Matheus e Darci, destacando a ausência de outros integrantes como Clóvis .

Contudo, a efetiva apresentação do GT de Saneamento foi comprometida pela ausência de representantes da Secretaria Nacional de Saneamento e de outros membros do grupo. A conselheira **Cristiane Amaral** manifestou seu repúdio ao esvaziamento das pastas do Ministério, afirmando: “Cadê os outros secretários deste Ministério?”

Em seguida, diversos conselheiros se manifestaram sobre o recorrente esvaziamento do plenário no último dia das reuniões, sobretudo no período da tarde. O conselheiro **Paulo Cohen** alertou sobre os prejuízos causados pela

882 saída antecipada de conselheiros, sugerindo que passagens só sejam emitidas  
883 para horários posteriores às 19h, salvo em casos excepcionais e justificados por  
884 escrito. Carlito reforçou a proposta, indicando que “tem voo para São Luís às  
885 20h, às 23h... então não há justificativa”. **Donizeti, da CUT**, destacou o  
886 desrespeito com quem permanece até o final da reunião.

887

888 Como encaminhamento, deliberou-se que:

889 (1) a emissão de passagens de retorno antes das 19h deverá ser  
890 formalmente justificada, e

891 (2) será adotado controle de presença em dois turnos — manhã e tarde —  
892 para assegurar a participação contínua dos conselheiros.